

FORMAS DE PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO: ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA SABER IGUAL-PPSI NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR

FORMS OF PRIVATIZATION OF THE CURRICULUM: ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL PROPOSAL SABER IGUAL -PPSI THE MUNICIPALITY OF BOA VISTA-RR

FORMAS DE PRIVATIZACIÓN DEL CURRÍCULO: ANÁLISIS DE LA PROPUESTA PEDAGÓGICA DE SABER IGUAL-PPSI EN EL MUNICIPIO DE BOA VISTA-RR

Osmiriz Lima Feitosa¹
Selma Suely Baçal de Oliveira²

Resumo: Diante do processo de privatização da educação em tempos de neoliberalismo, buscou-se estudar os efeitos da proposta pedagógica curricular nas escolas do município de Boa Vista-RR. O objetivo é analisar a Proposta Pedagógica Saber Igual-PPSI, identificando que as atividades desenvolvidas nas escolas estão ajustadas a mercantilização da educação. Fundamentou com base em autores como Saviani (2011), Marx (2017) e Mészáros (2008). A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica com literatura da Pedagogia Histórico-Crítica – PHC de Saviani (2011), de natureza documental analisando a Proposta Pedagógica Saber Igual - PPSI e de natureza empírica através de entrevistas com professores da rede municipal. Os resultados revelam que a proposta contribui para privatização do currículo, revelando que a atividade docente está estruturada na tendência liberal/tradicional/tecnicista, pois os professores são meros executores do conteúdo programático.

Palavras-chaves: Histórico-Crítica; Formação Docente; Proposta Pedagógica.

Abstract: In view of the privatization process of education in times of neoliberalism, we sought to study the effects of the curricular pedagogical proposal in schools in the municipality of Boa Vista-RR. The objective is to analyze the Pedagogical Proposal Saber Igual-PPSI, identifying that the activities developed in schools are adjusted to the commercialization of education. Based on authors such as Saviani (2011), Marx (2017) and Mészáros (2008). The methodology used was of a bibliographic nature with literature from the Historical-Critical Pedagogy - PHC de Saviani (2011), of documentary nature analyzing the Pedagogical Proposal Saber Igual - PPSI and of an empirical nature through interviews with teachers from the municipal network. The results reveal that the proposal contributes to the privatization of the curriculum, revealing that the teaching activity is structured in the liberal / traditional / technicist tendency, since the teachers are mere executors of the syllabus.

Keywords: Historical-Critical; Teacher Education; Pedagogical Proposal.

Resumen: En vista del proceso de privatización de la educación en tiempos de neoliberalismo, buscamos estudiar los efectos de la propuesta pedagógica curricular en las escuelas del municipio de Boa Vista-RR. El objetivo es analizar la Propuesta Pedagógica Sabre Igual-PPSI, identificando que las actividades desarrolladas en las escuelas se ajustan a la comercialización de la educación. Basado en autores como Saviani (2011), Marx (2017) y Mészáros (2008). La metodología utilizada fue de naturaleza bibliográfica con literatura de la Pedagogía Histórico-Crítica - PHC de Saviani (2011), de naturaleza documental analizando la Propuesta Pedagógica Saber Igual - PPSI y de naturaleza empírica a través de entrevistas con docentes de la red municipal. Los resultados revelan que la propuesta contribuye a la

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. osmirizlima@bol.com.br. <http://orcid.org/0000-0002-4930-9370>

² Professora do Programa de Pós Graduação em Educação em de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. selmabacal@ufam.edu.br. <http://orcid.org/0000-0001-6765-4568>

privatización del currículo, revelando que la actividad docente está estructurada en la tendencia liberal / tradicional / tecnicista, ya que los maestros son meros ejecutores del programa de estudios.

Palabras clave: Histórico-crítico; Formación del profesorado; Propuesta pedagógica.

Introdução

O currículo na educação escolar é fundamental no processo de elaboração de uma proposta político-pedagógica que possa nortear os aspectos filosóficos, epistemológicos, legais, pedagógicos e metodológicos da prática docente, fundamentado em teorias da educação e na valorização dos aspectos socioculturais da realidade escolar. Desse modo, analisar a proposta pedagógica no contexto escolar envolve diferentes elementos de sua compreensão, função e finalidade, uma vez que, é necessário destacar que não pode ser definido como elemento maniqueísta determinando o sucesso ou fracasso da escola, isso porque, abrange outros aspectos inerentes à prática pedagógica, tais como: formação do professor, valorização da carreira, condições objetivas de trabalho, recursos didáticos e políticas educacionais.

O presente artigo foi resultado de um trabalho de conclusão de curso da especialização em pedagogia escolar, no qual, foi realizado um estudo sobre a Proposta Pedagógica Saber Igual-PPSI desenvolvida na rede municipal de Boa Vista-RR em 2013 para melhorar os indicadores educacionais. Deste modo, buscamos identificar seus impactos na prática docente e no processo de ensino, uma vez que, os resultados apontam que os fundamentos teóricos encontram-se na perspectiva liberal/tradicional/tecnicista. Pretendemos dialogar com a Pedagogia Histórico-Crítica-PHC de Dermeval Saviani (SAVIANI, 2011), pois está fundamentada pelo materialismo histórico dialético, propondo uma formação crítica e transformadora da sociedade. Assim, apresentamos como questão central: a PPSI implantada no município de Boa Vista-RR reproduz os valores pedagógicos da classe

burguesa, contribuindo para ampliar as formas de privatização da educação pública?

Para responder este questionamento é preciso compreender o processo de formação docente com discursões teóricas sobre o papel da escola, do professor, do processo de ensino e aprendizagem e principalmente dos fundamentos epistemológicos da educação. Deste modo, optamos em discutir a PPSI e a PHC em virtude da contradição concreta entre as duas concepções da realidade escolar, de um lado a reprodução dos valores burgueses, do outro lado, a formação para superação da escola burguesa.

O objetivo do artigo é analisar a PPSI do município de Boa Vista-RR afirmando que a organização do processo pedagógico reproduz os valores burgueses na formação docente, em oposição a PHC e a formação crítica do professor do Ensino Fundamental. Os procedimentos metodológicos utilizados foram à pesquisa bibliográfica através da leitura de teóricos, bem como, Marx (2017), Mészáros (2008) e Saviani (2011) que discutem sobre formação teórica e prática dos professores, a pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários semiestruturados para trinta (30) professores do Ensino Fundamental em três escolas da rede municipal para coleta de dados e o uso de entrevistas com 02 professores de cada escola. Por fim, a pesquisa documental, fazendo um estudo analítico da PPSI desenvolvido nas escolas municipais.

Os estudos teóricos foram fundamentados em Marx (2017), Saviani (2011), Mészáros (2008), Saviani; Duarte (2012) e Gasparin (2007), que contribuíram para compreender o materialismo histórico e a PHC na análise do objeto, uma vez que, os professores precisam conhecer a realidade sociocultural, a totalidade, a contradição da

prática docente, as dificuldades, necessidades, especificidades e potencialidades dos sujeitos na escola, contribuindo para construção da identidade docente e da formação do educador-político.

O artigo foi organizado em dois momentos: O primeiro apresenta discussão sobre educação escolar, teoria e prática do professor na perspectiva da PHC. O segundo apresenta análise da PPSI desenvolvida na rede municipal de Boa Vista-RR, a partir de três escolas, trazendo análise do perfil do professor, bem como, a formação acadêmica, a experiência profissional e a concepção pedagógica. A análise da PPSI não se esgota neste ensaio mediante a amplitude da discussão do tema, mas, os resultados encontrados contribuem para compreender as formas de privatização do currículo escolar da Educação Básica através da proposta pedagógica da rede municipal, uma vez que, os recursos públicos são utilizados para aquisição de material pedagógico de empresas privadas, além de identificar, na sua essência a matriz ideológica da pedagogia tradicional/tecnicista alinhada aos valores do livre mercado, da mercantilização da educação, da privatização do currículo e do sistema capitalista.

Educação e a PHC: uma discussão necessária para formação docente

Iniciamos a discussão sobre os fundamentos epistemológicos da PHC de Saviani com o posicionamento de autores do materialismo histórico dialético, como Marx (2017), Mészáros (2008) e Saviani (2011), isso porque, suas contribuições são imprescindíveis para chegar à essência do objeto concreto. A aproximação com a teoria histórico-crítica ocorre pela necessidade de analisar a realidade educacional na totalidade, possibilitando ir além da educação tradicional/tecnicista como reprodutora social, aparelho ideológico do Estado e violência simbólica, conforme

destacam os teóricos críticos-reprodutivistas Bourdieu; Passeron (2012); Althusser (1980), ou seja, uma educação que tenha a finalidade de transformar a sociedade “na urgência de instituir uma radical mudança estrutural (...) que nos leve para além do capital, no sentido genuíno e educacionalmente viável do termo” (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

A PHC tem como premissa a pedagogia sociohistórica e caminha de encontro ao sistema social opressor e dominante, contribuindo para formação de professores a partir das condições históricas, da realidade social e do ser humano como ser social, pois é através da atividade com a natureza que se produz cultura, transformando-o em sujeito histórico, ou seja, é por meio do trabalho que os sujeitos se apropriam dos conhecimentos produzidos historicamente, uma vez que, na sociedade capitalista o modo de produção da vida aliena o homem quando passa a vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades e garantir a própria existência, pois:

Sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que adaptam a realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. (SAVIANI, 2011, p. 10).

As afirmações do autor corroboram para compreender o processo histórico do ser humano na produção da sua própria existência e na transformação da natureza,

pois a teoria de Saviani tem como essência a educação política, transformadora e socialista, cuja finalidade é promover visão crítica sobre os diversos segmentos da sociedade e a ruptura social burguesa, sendo necessária a conscientização de classe para promover a transformação social. Com base nesta teoria, organizamos três eixos centrais para discussão: a natureza e especificidade da educação, a competência política e compromisso técnico e a materialidade da ação da PHC como processo de emancipação humana.

O primeiro eixo trata da natureza e especificidade da educação, discutida em duas questões básicas: conceitualização sobre trabalho material e trabalho não material, pois o ser humano precisa continuamente produzir sua própria existência através do domínio da natureza, ao dominar a natureza ele produz o trabalho material, que antes de criar ou produzir, ele elabora em sua mente a ideia para depois realizá-la, tornando-se materialidade do ato de pensar, ou seja, o trabalho material. Considerando que as mudanças realizadas pelo ser humano na natureza, transforma sua própria consciência, “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2017, p.255), pois ao produzir esse material, ele também produz valores, atitudes, signos e significados (simbologia), ou seja, o trabalho imaterial é o próprio conhecimento:

Para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma

outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana (SAVIANI, 2011, p.12).

Constatamos nas afirmações que o ser humano domina a natureza e passa a desenvolver um saber elaborado a partir de sua ação no mundo, construindo um conjunto de conhecimentos elaborados da produção humana, que por sua vez, é a mediação entre homem e natureza, entre sujeito e objeto, entre teoria e prática (LESSA; TONET, 2011). No outro ponto sobre o trabalho não material, apresentamos duas modalidades do trabalho não material: o primeiro ponto expõe que o produto e o produtor se separam do ato de produção, enquanto, no segundo ponto se entrelaçam e não se separam, pois:

Importa, porém, distinguir, na produção não material, duas modalidades. A primeira refere-se àquelas atividades em que o produto se separa do produtor, como no caso dos livros e objetos artísticos. Há, pois, nesse caso, um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção. A segunda diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção. Nesse caso, não ocorre o intervalo antes observado; o ato de produção e o ato de consumo imbricam-se. É nessa segunda modalidade do trabalho não material que se situa a educação. Podemos, pois, afirmar que a natureza da educação se esclarece a partir daí (SAVIANI, 2011, p. 12).

De acordo com Saviani (2011) essa compreensão da natureza da educação e sua relação com o modo de produção humana não se separam (objetividade e subjetividade), portanto são produzidas a partir da totalidade da realidade social, uma vez que:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2011, p. 13).

A escolha do conhecimento possibilita a formação emancipadora e consciente de suas condições de existência, produzindo nos sujeitos a sua apropriação para busca das mudanças sociais necessárias, uma vez que, a escola tem como papel a socialização do saber sistematizado, ao produzir o trabalho material, ele ao mesmo tempo produz o trabalho não material, ou seja, o sujeito se apropriou do conhecimento, fazendo parte dele agora, tornando-se histórico e simbólico. Ao se adaptar, ele agora domina a natureza ao transformá-la e ao mesmo tempo se transforma, tornando-se homem (ser histórico-cultural), ele usa a natureza para melhorar sua existência, podendo tomar decisões, do que quer e do que não quer, ou seja, tomar consciência dos fenômenos sociais e da produção material. E a educação é resultado dessas transformações históricas feitas pelos homens, sendo necessário ter consciência dos elementos culturais que devem ser socializados para todos os sujeitos

se apropriem dos conhecimentos produzidos historicamente.

O segundo eixo, o autor destaca a competência política e a competência técnica, considerando que a escola é um espaço de socialização do saber sistematizado, não sendo ele qualquer saber, mas compreender que são conteúdos utilizados na escola para formação política e competência técnica, ou seja, relacionado ao processo de construção do currículo escolar, numa perspectiva crítica e transformadora com função e significado, sendo que “a denominação competência política e compromisso técnico teve a intenção manifesta de romper a vinculação entre técnica e competência, de um lado, e política e compromisso, de outro” (SAVIANI, 2011, p. 46).

A partir disso, a dificuldade que a escola tem em garantir assimilação do saber sistematizado, promove foco ao que é secundário e não ao que é essencial, isso porque, se produzir apenas conhecimentos culturais, à escola nem existiria, uma vez que, seu papel é produzir conhecimentos científicos elaborados e enfrentar a prática clientelista, mercantilista e capitalista, enfrentando os valores burgueses. Nesse sentido, a PHC apresenta-se como eixo diferencial na formação da competência técnica e política, seja para entender a importância da educação escolar ou para compreender o desenvolvimento histórico da educação brasileira, expondo a possibilidade da construção de uma proposta pedagógica que possa transformar a realidade forjada nas estruturas do capital, considerando que a educação escolar está voltada para as elites, a PHC tem como função o combate ao modelo pedagógico liberal burguês.

Para Saviani (2011) o processo educacional brasileiro sempre esteve atrelado aos interesses das elites e ao modelo liberal burguês, iniciado com a igreja católica através do plano de estudo dos padres jesuítas, cuja expulsão garantiu ao

Estado a competência da educação, isto é, implantou as aulas régias no governo de Pombal, permanecendo durante quase todo o Império (ARANHA, 2006). Com o advento da República, o modelo pedagógico predominante foi o positivista, influenciado pelo francês Auguste Comte³, que tinha como lema “ordem e progresso”, baseada na verdade absoluta dos fatos sociais, sem questioná-los. Os modelos pedagógicos da educação brasileira estavam diretamente relacionados à corrente liberal clássica burguesa, cuja função era a manutenção da estrutura social, pois;

É importante ter em conta o seguinte: a educação brasileira desenvolveu-se principalmente, por influencia da pedagogia católica (a pedagogia tradicional de orientação religiosa) com os jesuítas que, praticamente, exerceram o monopólio da educação até 1759, quando foram expulsos por Pombal. A partir daí, tenta-se desencadear uma interpretação da questão educacional a luz da pedagogia tradicional leiga, ou seja, pedagogia inspirada no liberalismo clássico. Isso demonstra o empenho de Pombal em pautar-se pelas ideias do Iluminismo e rever a cultura e a instrução pública segundo esta concepção. Obviamente, isso não significou a exclusão da influencia católica na educação, mas sim, a quebra de seu monopólio. Esse período vai até o início do século XX, quando se torna forte a influencia da escola Nova, que se inspira

naquilo que chamo de concepção humanista moderna de filosofia da educação (SAVIANI, 2011, p. 93).

Não há dúvidas que o domínio da educação burguesa no Brasil, ora evidenciada no viés de caráter religioso impondo a disciplina, a doutrina e a obediência, ora no viés de caráter liberal com o discurso de liberdade, igualdade e direito a educação, mas privilegiando somente as elites latifundiárias e industriais, ou seja, o modelo pedagógico ampliou a dominação e a inculcação dos valores ideológicos do liberalismo clássico, pois era interesse dos países em expansão industrial a instrução e a formação de mão de obra para as fábricas.

A necessidade pela instrução de parte da população fica notória na década de 1930 com a ruptura do modelo agrário, a classe burguesa industrial assume o poder, transformando também o modelo pedagógico em educação tecnicista. É importante destacar que o modelo capitalista entrava numa crise, sendo necessária a reorganização do sistema produtivo para superação da crise do capital, uma vez que, a industrialização no Brasil se expandia, ampliando as matrículas nos cursos profissionalizantes para formação tecnicista qualificada, pois era “uma forma de educação para aqueles que realizam o trabalho manual e que são as classes exploradas e dominadas” (TONET, 2016, p. 103). Nesse sentido, a educação passa a ser um instrumento importante no processo de dominação e alienação da sociedade para atender as novas demandas do capital, pois está determinada pela influência do modelo econômico liberal, ou seja, uma educação à luz da pedagogia tradicional, leiga, dominante, inspirada no liberalismo clássico e na instrução pública, embora isso não significasse a exclusão da influência católica na educação, mas a quebra de seu monopólio, quando a influência da escola nova entra em evidência com a concepção da filosofia humanista (SAVIANI, 2011).

³ Na França do século XIX o pensamento filosófico de Auguste Comte pregava a implantação de um estado positivo como única via para o desenvolvimento da sociedade e construção de uma ordem social harmônica, uma vez que, a visão positiva dos fatos abandona as causas dos fenômenos (Deus ou Natureza) e pesquisa suas leis, vistas como relações abstratas e constantes entre fenômenos observáveis (ARANHA, 2006).

De acordo com Saviani (2011) a PHC surge como reação ao modelo liberal burguês e em contradição a pedagogia dominante (SAVIANI, 2011), pois a educação, até então desenvolvida, estava fundamentada na ideologia capitalista sem nenhuma possibilidade de ruptura da estrutura social. Deste modo, era necessário promover a emancipação do sujeito através da apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados, tendo como ponto de partida e de chegada, a prática social vivenciada pelo educando, pois:

A denominação tendência histórico-crítica eu iria introduzir depois porque a denominação dialética também gerava algumas dificuldades: há um entendimento idealista da dialética (...) cunhei então, a expressão concepção histórico-crítica, onde eu procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado porem a dimensão histórica que o reprodutivíssimo perde de vista (SAVIANI, 2011, p.74).

A obra PHC: primeiras aproximações (SAVIANI, 2011) apresenta como possibilidade a superação da lógica dominante existente, a necessidade da formação crítica e transformadora, sem negar a proposta pedagógica para as classes sociais excluídas e subalternas, ou seja, para Gasparin (2007) torna-se um desafio à educação brasileira romper a lógica capitalista, principalmente pela inexistência de um sistema de educação nacional e pela descontinuidade de leis, proposições, ações, políticas públicas, governos e pela falta de um projeto de sociedade.

No terceiro eixo Saviani (2011) destaca a materialidade da ação pedagógica. Ou seja, a teoria da PHC faz uma análise crítica do percurso da educação desde sua origem e função, cujo ela é o resultado do modo de

produzir as condições materiais d existência. Portanto, é no debate sobre escola e democracia, educação e política e a socialização do conhecimento (SAVIANI, 2007), onde inicia as primeiras reflexões que dão origem a teoria PHC, isto é, são as relações de produção material e as relações sociais que determinam a existência humana, por meio do trabalho, que por sua vez, garante novas formas de educação. Essa compreensão sobre a produção material é o fundamento do ser humano enquanto sujeito social e histórico, imprescindível para formação política dos educadores na superação da sociedade burguesa, pois,

De fato, a produção não material, isto é, a produção espiritual, não é outra coisa senão a forma pela qual o homem apreende o mundo, expressando a visão daí decorrente de distintas maneiras. Eis por que se pode falar de diferentes tipos de saber ou de conhecimento, tais como: conhecimento sensível, intuitivo, afetivo, conhecimento intelectual, lógico, racional, conhecimento artístico, estético conhecimento axiológico, conhecimento religioso e, mesmo, conhecimento prático e conhecimento teórico (SAVIANI, 2011, p.07).

A materialidade da ação pedagógica é o eixo de discussão que exige articulação para materialização da PHC através da ação pedagógica, uma vez que, a ausência de um sistema nacional de educação que estabeleça relações entre políticas educacionais e práticas de formação docente, o contexto de precariedade da escola e a desvalorização da carreira docente, são questões importantes para efetivar uma ação pedagógica política, crítica e transformadora (SAVIANI, 2011). Enfim, compreendemos que a materialidade da ação pedagógica na sala de aula é um instrumento de mobilização popular na superação da sociedade de classes, pois

representa a necessidade da ampliação do debate sobre educação para emancipação humana, educação como projeto socialista e educação como organização curricular sociohistórica. Portanto, é neste terreno que propomos discorrer sobre a PPSI da rede municipal de Boa Vista-RR, reproduzindo elementos teóricos e práticos de uma escolarização burguesa e de um modelo curricular mercantilizado nas escolas, revelando formas de privatização da educação pública.

Análise da PPSI no município de Boa Vista-RR

O processo de formação e humanização do homem, seja pelo trabalho ou pela cultura, representa uma ferramenta na constituição dos conhecimentos historicamente acumulados, pois “o saber sobre a cultura é o conjunto da produção humana” (SAVIANI, 2011, p.12), garantindo liberdade do ser humano enquanto sujeito sociohistórico, no entanto, quando surge a “assim chamada acumulação primitiva do capital” (MARX, 2017, p.785), ampliada no mercantilismo do século XVII e consolidada na revolução industrial, a alienação surge nas relações de trabalho em que o proletário não conhece a totalidade do sistema produtivo e passa a ser dominado por meio do modo de produção.

Para superação das formas de alienação, é necessária a conscientização dos sujeitos através das condições materiais e culturais, pois a alienação advém do processo de divisão do trabalho, onde o que é produzido pelo homem não tem um significado para ele mesmo e as relações sociais estão determinadas pelas condições materiais de existência. Assim, para que o capital se mantenha apenas nas mãos de poucos é necessário à exploração do trabalho e para que haja tal exploração, é indispensável à divisão de classes, em que o sujeito explorado vende sua força de

trabalho para satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, pois:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2017, p.111).

A afirmação de Marx (2017) revela que o ser humano torna-se mercadoria, desvalorizando-se enquanto ser histórico, pois a classe dominante promove a despolitização da classe trabalhadora sobre os fatores históricos e conduzem-nos para manutenção do tecido social nas mãos da classe burguesa, em que a realidade, segundo Marx (2017), não está exposta de forma clara, mas estranha ao real. O sistema de produção capitalista busca o mecanismo de reprodução e inculcação ideológica através dos meios de comunicação, da cultura, da educação e do currículo, contribuindo significativamente para alienação das massas. Diante disso, a educação apresenta-se de forma paradoxal, por um lado promove à reprodução da ideologia capitalista e a manutenção da estrutura social, por outro lado, pode garantir conscientização de classe através da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, representando uma ferramenta de mobilização revolucionária por meio do saber sistematizado, pois:

Na medida em que estamos ainda numa sociedade de classes com interesses opostos e que a instrução generalizada da população contraria os interesses de estratificação de classes, ocorre essa tentativa de desvalorização da escola, cujo objetivo é reduzir o seu impacto em relação às exigências de transformação da própria sociedade. Essa é uma característica presente na sociedade burguesa desde a sua constituição, mas que assume características marcantes na fase final, ou seja, no momento em que se acirram as contradições entre o avanço sem precedentes das forças produtivas e as relações de produção baseadas na propriedade privada e, portanto, na oposição de classes (SAVIANI; DUARTE, 2012, p.84-85).

Para Saviani (2011) as contradições existentes encontram-se nas relações sociais e nas relações de produção, pois a educação tem como essência o trabalho, a socialização dos saberes construído pelo homem e a relação dialética entre sujeito e objeto. A escola é moldada segundo as exigências do sistema capitalista atendendo seus interesses, implantados nos espaços escolares através do currículo, da prática do professor, do horário, das normas, das regras, na formação, entre outros. Portanto, é preciso apropriação do saber elaborado pela escola para possibilitar a transformação dos sujeitos e da sociedade:

Daí surge o problema da transformação do saber elaborado em saber escolar. Essa transformação é o processo por meio do qual se selecionam, do conjunto do saber sistematizado, os elementos relevantes para o crescimento intelectual dos alunos e organizam-se esses elementos numa forma, numa sequência tal que possibilite a sua assimilação. Assim, a questão central da pedagogia é o

problema das formas, dos processos, dos métodos; certamente, não considerados em si mesmos, pois as formas só fazem sentido quando viabilizam o domínio de determinados conteúdos. (SAVIANI; DUARTE, 2012, p.65).

O processo de luta por uma educação que atenda os interesses da classe trabalhadora não pode parar, pois a educação permite que o professor tenha condições de acesso à formação pedagógica crítica e emancipatória. Somente com a emancipação humana é possível identificar o caráter ideológico da educação e do currículo escolar, fato evidenciado na investigação de três (03) escolas públicas na rede municipal localizada na zona oeste da cidade de Boa Vista-RR, selecionadas em virtude do desenvolvimento das atividades práticas com alunos do Ensino Fundamental durante a disciplina de Estágio Supervisionado, realizado no curso de especialização em pedagogia escolar. Optamos em organizar a discussão em três momentos: o primeiro apresenta o perfil dos professores do Ensino Fundamental na escola; o segundo analisa os fundamentos epistemológicos da PPSI desenvolvido na escola; o terceiro apresenta os valores ideológicos e condicionantes da proposta aos professores.

O primeiro momento apresenta o perfil do professor que trabalha na escola com a PPSI, sendo que, a formação possibilita aos docentes um posicionamento com relação às decisões tomadas na escola, ou seja, os aspectos da formação e experiência do professor contribuem para entender o contexto da escolarização do município de Boa Vista/RR frente à proposta. Antes de discutir o perfil dos professores, julgamos necessário fazer exposição das condições objetivas do trabalho docente relacionado à infraestrutura física de cada escola investigada, a saber: 10 salas de aulas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 01 sala multifuncional, 01 sala de leitura, 01

secretaria, 01 sala do gestor escolar, 01 sala dos professores, 01 cantina, 04 banheiros (sendo dois para meninas e dois para meninos) 01 banheiro para funcionário, 01 quadra poliesportiva e 01 pátio amplo. As três escolas dispõem de ambiente adequado, higiênico, salas climatizadas e ornamentadas com atividades pedagógicas expostas nas paredes, possuindo um total de 30 professores atuando no Ensino Fundamental, todos com carga horária de 25hs semanais, sendo 20 horas de efetivo trabalho em sala de aula e 05 horas em horário oposto para realização de planejamento e reunião pedagógica.

Os dados coletados na secretaria das três escolas revelam um total de 1550 alunos efetivamente matriculados, distribuído na faixa etária de 06 a 11 anos de idade. Diante disso, discutimos a formação dos professores, uma vez que, defendemos a formação docente na perspectiva PHC, possibilitando a construção de conhecimentos específicos para prática pedagógica com profissionais capacitados, pois a superação da educação burguesa exige “o saber, que é o objeto específico do trabalho escolar, é um meio de produção, e também é atravessado por essa contradição” (SAVIANI, 2011, p 85). Assim, a formação docente tem papel fundamental no processo de produção do trabalho escolar, seja ele material ou imaterial, precisa ser crítico, político e revolucionário, isto é, a “crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação” (SAVINI, 2011, p.86). O perfil da formação pedagógica dos professores revela que 100% possui habilitação específica, conforme o Gráfico 01:

Gráfico 01 – Formação Acadêmica



Fonte: Dados da escola pesquisada (2017)

O resultado expõe que 30% dos professores possuem formação de nível superior com licenciatura plena em pedagogia, enquanto 70% tem graduação em pedagogia com especialização na área de educação, isto é, evidenciamos que todos os professores da escola que atuam no Ensino Fundamental tem qualificação profissional e estão habilitados para suas funções pedagógicas.

Uma questão importante para reflexão sobre a formação dos professores evidenciado nos dados é o crescimento na formação docente do Ensino Fundamental nos últimos anos, uma vez que, o desafio da educação brasileira está relacionado, não somente as práticas metodológicas desenvolvidas pelos docentes, mas a formação dos professores da Educação Básica. Dados recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (BRASIL, 2017), revelam crescimento na formação e qualificação dos professores da escola pública, pois em 2015, cerca de 85,4% dos professores da Educação Básica das escolas públicas e privadas possuíam nível superior, em 2017, a cifra chegou a 86,5%. No entanto, quando se observa o percentual da formação dos professores da rede municipal constatamos que 100% dos investigados estão licenciados para desenvolverem suas atividades pedagógicas. Ou seja, em termos práticos, simboliza um avanço significativo à prática pedagógica desenvolvida na sala de aula.

O segundo momento revela as experiências dos professores na sala de aula relacionados à teoria e prática. A experiência tem sua importância, pois fornece suporte para intervenção dos problemas existentes na escola, na realidade do sistema educacional e nas condições de trabalho, pois através da formação e experiência é possível exercer o papel crítico sobre as decisões políticas dentro da escola. Desse modo, optamos em expor as experiências dos professores que desenvolvem a PPSI, fazendo

uma análise do posicionamento crítico sobre os aspectos filosóficos, epistemológicos e metodológicos. O tempo de experiência do professor também pode levá-lo a desmotivação no trabalho, *stress*, alienação e regulação da prática através do modelo educacional proposto, pois suas concepções mudam frente a conscientização crítica e organização política contra os valores burgueses implantados na escola, que por sua vez, de acordo com Bourdieu e Passeron (2012) reproduz a cultura dominante no sistema educacional, isto é, os sistemas educacionais reproduzem a ideologia capitalista legitimada pela escola e pelo professor. Apresentamos o tempo de experiência profissional dos professores das três escolas investigadas, identificando os aspectos pedagógicos da proposta, conforme o Gráfico 02:

Gráfico 02 – Tempo de Experiência profissional dos professores



Fonte: Escola investigada (2017)

Observamos que 20% dos professores entrevistados possuem entre 01 e 05 anos de experiência em sala de aula, enquanto 30% possuem entre 06 a 10 anos de experiência, 20% possuem de 11 a 15 anos de experiência, 20% possuem entre 16 a 20 anos de experiência e 10% possuem mais de 20 anos de experiência. As evidências conduzem perceber que 80% do corpo docente têm acima de 06 anos de experiência de magistério na sala de aula. Quando indagamos sobre o conceito da PPSI, apenas 15% dos professores entrevistados revelaram que não participaram da discussão da proposta curricular, enquanto 85% afirmaram que participaram e reconhecem a importância da proposta curricular na escola,

ou seja, é importante apontar que a implantação da PPSI na rede municipal ocorreu em janeiro de 2013, quando os professores passaram por uma formação específica para desenvolver suas atividades pedagógicas.

Nesse sentido, questionamos: houve resistência dos professores sobre a proposta? Eles adoram a proposta como ferramenta para sala de aula? Fizeram discussões sobre participação democrática na elaboração do currículo que valoriza a realidade do município? Não pretendemos apresentar respostas para os questionamentos, mas perceber o caráter impositivo da proposta municipal aos professores, considerando que são executores de um programa pronto e determinado, sem expor qualquer discussão, crítica, reflexão, concepção pedagógica ou teoria crítica da educação, por exemplo, a PHC.

O terceiro momento analisa os fundamentos pedagógicos da PPSI implantado na rede municipal de ensino em 2013 durante a gestão da prefeita Teresa Surita (2013-2016), no qual, adquiriu por meio de licitação a proposta pedagógica desenvolvida pelo Instituto Alfa e Beto-IAB, conforme consta no Diário Oficial (DOERR, 2013, p.19). O IAB é uma empresa educacional que oferece produtos educacionais para Educação Básica, apresentando recursos materiais para o Ensino Infantil e Fundamental definido como Ensino Estruturado, ou seja, é um conjunto de programas educacionais com material didático, proposta curricular, planejamento escolar, métodos de avaliação e capacitação de professores, coordenadores e gestores escolares para serem desenvolvidos nas escolas públicas. Assim, ao ser adotado pelo município a proposta passou-se a ser denominado de Proposta Pedagogia Saber Igual-PPSI, que está organizada como um pacote pedagógico pronto, composto pelos livros de Língua Portuguesa, Matemática,

Ciências, caderno de atividade e manual do professor.

Observou-se que a PPSI não contempla as disciplinas de História e Geografia, descumprindo a legislação educacional vigente, pois, “os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas: História e Geografia” (BRASIL, 2013, p.114). Os estudos revelam que a organização da PPSI encontra-se pautada nos valores empresariais e nas relações de parceria público-privado, visto que:

O fundador e diretor do Instituto Alfa e Beto é João Batista Araújo e Oliveira, psicólogo e PhD em Educação pela Florida State University (EUA), é referência nacional em educação através dos seus métodos. Atuou como professor, pesquisador, consultor e ocupou cargos executivos em organismos internacionais. É fundador e presidente do Instituto Alfa e Beto, ONG promotora de política em educação que priorizam a alfabetização. Foi secretário executivo do MEC (1995) e idealizou o programa Acelera Brasil que visava corrigir o fluxo escolar com o apoio do Instituto Ayrton Sena. Publicou dezenas de livros, entre eles: pedagogia do sucesso (INSTITUTO MILLENIUM, 2017, p.125).

Observamos que os fundamentos epistemológicos da PPSI têm como base filosófica a produtividade pedagógica, determinada nos programas de formação, bem como, capacitação gerencial, assistência, monitoramento, sistema de informação computadorizado e padronização de avaliação, ou seja, a lógica funciona a partir do rendimento e produção, características dos setores privados organicamente alinhadas às instituições

Airton Senna e Instituto Millenium. Para efetivação do método, a PPSI propõe atividades repetitivas e rotineiras, sempre estabelecidas pelos manuais de orientação docente, pois constatamos que o roteiro das atividades pedagógicas é realizado pelos alunos de forma estruturada com exercícios repetitivos e exaustivos. Evidenciamos também que a ação pedagógica do professor torna-se mecânica e meramente técnica, sem considerar a prática social como ponto de partida e de chegada (SAVIANI, 2011), deixando claro que o material desenvolvido na PPSI tem como base o a execução e realizado do conteúdo, ou seja, o método tradicional, conforme revela o Quadro 01:

Quadro 01 - Referencial teórico e prático da PPSI

Manual de Orientação de Língua Portuguesa	Para a elaboração da presente coleção, consultamos não apenas a literatura especializada sobre o ensino da língua, mas também analisamos as políticas e programas de ensino de diversos países, bem como consultamos diversos especialistas nos vários temas. (OLIVEIRA; CASTRO, 2014, p.27)
Manual de Orientação de Matemática	Baseia-se em estudos teóricos, analisando também, os materiais didáticos utilizados em diversos países, e nos detivemos, de modo especial, nos livros didáticos utilizados nos países da Ásia, onde os alunos mais se destacam nessa disciplina (OLIVEIRA; CASTRO, 2014, p. 25).

Fonte: OLIVEIRA; CASTRO (2014)

Evidenciamos que a PPSI é baseada apenas em atividades pedagógicas prontas para serem executadas, sem promover discussão crítica sobre a concepção de currículo, de escola, de sociedade e de mundo, não se discute o papel da escola na organização das atividades pedagógicas, uma vez que, “o conceito abrangente de currículo é a organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares” (SAVIANI, 2011, p17). A PPSI não

considera a prática social como ponto de partida do processo pedagógico, pois a educação é a mediação no seio da prática social global para que os alunos se apropriem dos elementos históricos produzidos pela humanidade (SANIANI, 2011). Ou seja, sem a apropriação dos valores históricos, sociais e culturais produzidos pelo ser humano não é possível garantir formação histórico-crítica na sua totalidade, pois para Saviani (2011) “a escola é, pois, compreendida como base no desenvolvimento histórico da sociedade, assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista” (SAVIANI, 2011, p.88). Desse modo, a escola pública precisa garantir espaço de aprendizagem, apropriação dos conhecimentos e compreensão do mundo concreto-real, isto é, formação de sujeitos capazes de interpretação da sociedade de classes e das contradições sociais. A esse respeito destacamos:

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática (SAVIANI; DUARTE, 2012, p.91).

Os aspectos filosóficos, sociológicos e metodológicos devem ser considerados pelos profissionais da educação que almejam mudanças, apropriar-se do pensamento crítico é ser capaz do compromisso técnico e político na materialidade pedagógica (SAVIANI, 2011), fundamentado na teoria crítica da educação, a saber a PHC. Desse modo, a Tabela 01 apresenta a concepção dos professores sobre em que tendência pedagógica a PPSI está organizada:

Tabela 01 – Concepção dos professores sobre a PPSI

Pedagogia Tradicional/Tecnicista	55%
Pedagogia Escola Nova	27%
Pedagogia Histórico-Crítica	18%

Fonte: Questionários aplicados (2017)

Evidenciamos que a concepção dos professores sobre a corrente pedagógica da PPSI revela algo preocupante, uma vez que, todos os professores possuem formação superior, deveriam no mínimo conhecer as ideias centrais de cada corrente pedagógica. No entanto, os dados revelam que 18% dos professores consideram a PPSI alinhado a teoria PHC de Saviani (2011), enquanto 27% afirmar que está direcionada a pedagogia nova e 55% afirmaram que a proposta é tradicional/tecnicista. Ora, se por um lado 55% dos professores identificaram o caráter ideológico da proposta, por outro lado, 45% não questionaram ou negaram que a proposta apresenta tendências pedagógicas reacionárias.

Desse modo, a guisa conclusiva apresentam dois pontos: o primeiro refere-se a frágil formação docente da atualidade, que embora tenha preocupação na construção da identidade docente, não tem possibilitado uma formação capaz de compreender os fundamentos da pedagogia crítica, tampouco conhecer a natureza da sociedade capitalista. O segundo ponto refere-se ao avanço da formação conservadora, dominada pelos grandes oligopólios educacionais, tais como:

Kroton, Estácio, Instituto Ayrton Senna, Bradesco e Lemann, que avançam com suas posições políticas e ideológicas através da formação docente, do currículo educacional, de metodologias e práticas pedagógicas que estão alinhadas para competitividade, meritocracia e individualismo. Assim, esses valores sociais burgueses disseminados pela corrente neoliberal tornam-se naturalizados pelos profissionais da educação, considerando-os como única alternativa possível na superação dos problemas educacionais. Neste sentido, organizar uma trincheira de formação para emancipação política no centro do pensamento conservador, exige enfrentamento à estrutura educacional e ao próprio Estado como aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1980), considerando que todos os professores passaram pela formação pedagógica institucional. Seleccionamos alguns depoimentos dos professores, referente à PPSI, exposta no Quadro 04:

Quadro 04 – Posicionamento dos professores sobre a proposta

Prof. 01	Eu acho que é um pouco de cada, eu olhando ali, mas, trabalha muito eu acho que é sociointeracionista, porque assim, eu acho porque, trabalha muito a criança.
Prof. 03	Ele tá entre a tradicional e a escola nova, mas em alguns momentos apresenta ser crítica nos conteúdos trabalhados.
Prof. 06	Acho bom trabalhar com o IAB, já está tudo pronto, é só executar e os alunos fazerem. Não preciso me preocupar com planejamento todo dia.
Prof. 09	No início foi difícil, mas depois da formação vamos pegando o jeito, o conteúdo é bom, os alunos têm os livros, nos temos livros, cada tarefa é definida. Assim, executamos diariamente as atividades proposta pelo IAB

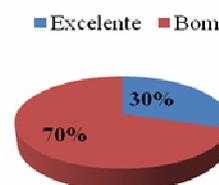
Fonte: Questionários aplicados (2017)

Diante dos depoimentos dos professores constatamos que a PPSI está organizada no viés da pedagogia liberal e não crítica, visto que o posicionamento dos docentes expõe somente a execução das

atividades propostas sem promover o pensamento crítico na sala de aula, ou seja, encontra-se diametralmente oposta a PHC, pois de acordo com Saviani (2011) “a educação é vista como mediação no interior da prática social global. A prática é o ponto de partida e o ponto de chegada. Essa mediação explicita-se por meio daqueles três momentos que chamei de problematização, instrumentalização e catarse” (SAVIANI, 2011, p.122).

Os fatos revelam que não houve discussão com professores, técnicos e gestores da rede municipal, mas imposição aos sujeitos da escola com o discurso de garantir qualidade do ensino, reduzir o quantitativo de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que não dominam leitura e escrita e elevar os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, isto é, a PPSI está atrelada ao sistema produtivo no formato das linhas de montagens da fábrica, condicionando esse modelo a prática docente da escola. Os depoimentos dos professores revelaram a total ausência de um debate e aprofundamento no processo de elaboração, construção e participação dos aspectos teórico-metodológicos da proposta, visto que, o resultado explica a contradição dos professores sobre a concepção da PPSI, conforme revela o Gráfico 02:

Gráfico 02 – Concepção dos professores sobre a proposta “Saber Igual”

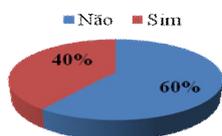


Fonte: Questionários aplicados (2017)

O gráfico revela que 100% dos professores consideram a PPSI “excelente” ou “bom”, ou seja, facilita o desenvolvimento das atividades estruturadas e a prática

pedagógica no Ensino Fundamental, uma vez que, o planejamento e as atividades já estão definidos. Identificamos os motivos que conduziram os professores para avaliarem a proposta como ferramenta fundamental no desenvolvimento da atividade, pois foi possível constatar que eles não elaboram o planejamento das atividades, visto que, já estão prontas e definidas para execução. Nesse sentido, constatamos a mera execução das atividades pedagógicas como se estivessem no sistema produtivo do taylorismo, em que Saviani (2011) definiu como “um processo pelo qual o saber dos trabalhadores é desapropriado pelos setores dominantes, elaborado e devolvido na forma parcelada” (SAVIANI, 2011, p.67), ou seja, o professor realiza a atividade do trabalho pedagógico de forma mecânica e fragmentada. Outro ponto importante é a jornada de trabalho dos professores que trabalham em outra escola, conforme revela o Gráfico 03:

Gráfico 03 – Professores que trabalham em outra escola



Fonte: Questionários aplicados (2017)

Evidenciamos no depoimento dos professores as dificuldades para organização didática da aula, uma vez que, a maioria trabalha em outra escola, pois cerca de 60% tem outro trabalho, enquanto 40% disseram que trabalham somente em uma escola. Essa realidade tem reflexo na prática pedagógica do professor, pois o mesmo não tem condições de efetivar um bom trabalho em escolas diferentes. Outro ponto apresentado é a concepção dos professores sobre a execução das atividades da PPSI, conforme revela o Quadro 03:

Quadro 05 – Dificuldade dos professores na execução da Proposta

A PPSI requer que o professor execute muitas atividades diárias, mesmo que estas sejam complemento para a mesma lição (Professor 01 e 10)
Dependendo da série em alguns casos o aluno não se encontra alfabetizado, o que implica em dificuldade para acompanhar os conteúdos que obedece uma rotina fechada. (Professor 03 e 12)
Os livros, não contempla a realidade dos alunos em relação ao conteúdo. O livro que tralhado numa série é muito avançado. (Professor 07 e 14)
As maiores dificuldades são os conteúdos, pois, muitas vezes fogem á realidade dos alunos da rede municipal. E, a maior dificuldade encontrada são os alunos que não estão alfabetizados (2º ao 3º ano). (Professor 08 e 16)
Trabalho na educação infantil e não encontro dificuldades na execução da proposta, pois e uma pratica de pesquisa e trabalha com material concreto para que haja uma aprendizagem significativa. (Professor 04 e 11)
Eu particularmente sou fã da PPSI, pois, meus alunos no 5º ano aprendem sem muitas dificuldades. (Professor 01 e 9)

Fonte: Questionários aplicação dos (2017)

Os depoimentos dos professores descrevem que, na sua maioria, as atividades da PPSI são bem aceitas pelos docentes, pois já estão determinadas. O marco legal, os fundamentos sociológicos, educacionais e metodológicos representam as principais questões que norteiam uma proposta curricular, mas o que constatamos foi à ausência de tais fundamentos, sem considerar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96 (BRASIL,2005). Portanto, é exatamente nesse cenário que as contradições se evidenciam, sendo que não houve debates, discussões, participação de segmentos sociais, pais, professores, gestores e técnicos na elaboração da proposta, mas sim um pacote pedagógico pronto executado na rede municipal. Nesse sentido, a Lei 9394/96 estabelece que:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do

estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2005, p. 12).

A LDB deixa claro que as escolas tem autonomia para elaboração de seus projetos curriculares articulados com escola e família, abrindo espaço para participação de todos os segmentos da sociedade na construção do projeto participativo e democrático de acordo as necessidades da comunidade escolar, fortalecendo “a cultura proletária, cuja resistência, autonomia e consistência, surgem dos movimentos da prática e das

lutas populares” (SAVIANI, 2011, p.60). Constatamos que a PPSI é incoerência com a legislação, pois, toda aquisição do material pedagógico está definido nos cadernos pedagógicos implantados nas escolas de forma rigorosa, em que os professores executam religiosamente. Nos depoimentos dos professores de sala de aula foi possível evidenciar o desenvolvimento das atividades e exercícios estruturados para alunos do Ensino Fundamental, identificando como ocorreu o processo de implantação, efetivação e consolidação, revelando que:

Bem, primeiro o planejamento ocorre de acordo com o cronograma, que vem anual, né, no cronograma vem especificando todas as atividades, no caso a de português as lições, de matemática estão definidas nas unidades, de ciências as lições também são definidas, então a gente planeja por semana, né, semanal, e de acordo com o cronograma, a prática é todos os dias, cada turma tem os dias, português, matemática, ciências, história e geografia, aí, cada dia da semana tem os dias de aula, português, matemática são todos os dias que nós aplicamos, ciências é dois(02) dias na semana, terça e quinta, e história e geografia no meu caso 2º ano B, é de historia segunda e geografia na sexta, que geografia e história são o que não faz parte do programa, nos temos que buscar, né, e mais da historia é mais coisa relacionado as datas comemorativas, ciências é do meio ambiente, ou , geografia , meio ambiente ne. tem que ter horário, todos tem que ter horário definido (DEPOIMENTO PROFESSOR 02, AGOSTO DE 2017).

A supervisão são as aplicações de teste, o teste que vem em cada bimestre, cada bimestre no final vem a aplicação do teste ne, onde os alunos terão que tirar no mínimo a

nota 07 ne , a partir daí se o aluno não alcançar esse 07, o professor tem que fazer, não uma recuperação, mas digo assim, um atividade complementar para o aluno aprender ainda mais aquele conteúdo, aí no caso, a coordenadora ela pega a agenda toda semana pra olhar nossos planos e ver se esta de acordo com o cronograma, inclusive ela acompanha , eu tô no segundo ano B, eu tô trabalhando hoje a lição 20, e ela vai no cronograma dela vê se tá batendo o meu plano com o cronograma, ela pega toda semana ,nossas agendas são assinadas por semana, as vezes semana, quinzenal, mas eles olham, e as vezes vem a supervisão da secretaria de educação também, olhar nosso planejamento, eles vem observar a sala de aula, assistir nossas aulas, os técnicos da secretaria municipal de educação e cultura, também vem assistir nossas aulas, eles não dizem o dia, a qualquer hora pode chegar, pra vê se estamos cumprindo o cronograma se estamos usando todos os matérias, se tá de acordo com o nosso planejamento, eles acompanham. (DEPOIMENTO PROFESSOR 03, AGOSTO DE 2017).

Participei da formação em janeiro de 2013 e até hoje vejo os efeitos dessa proposta no município, participei de uma formação da proposta Saber Igual, na época chama de Instituto alfa e Beta, no qual todos os professores da rede municipal foram obrigados a participarem da formação para conhecerem a referida proposta, lembro que iniciamos com a fala o professor Doutor Joao Batista, que era o dono de todo o material pedagógico que eles chamavam de ensino estruturado. Na fala do professor João ficou evidente o discurso em defesa da pedagogia Tradicional, pois lembro bem das discussões

quanto ela afirmou que o ensino tradicional vem de Tradição, e escola de tradição são escola com bom desempenho escolar e de qualidade. Além disso, ele justificou a necessidade de implantar a proposta em virtude dos professores não saberem trabalhar com as concepções construtivistas que segundo ele virou um modismo e com a concepção sociointeracionista, pois a maioria dos professores não dominavam e ficavam perdidos no desenvolvimento da atividades na sala de aula. Lembro bem da polêmica em torno da fundamentação teórico que sustentação da proposta, pois de acordo o professo João, o mais importante era a estrutura do ensino, os conteúdos e o desenvolvimento da aula, a questão teórico era algo que o professor não precisa se aprofundar. (DEPOIMENTO PROFESSOR 04, AGOSTO DE 2017).

Os depoimentos dos professores expõem os efeitos da proposta na sala de aula, uma vez que, a secretaria de educação conceitua como ensino estruturado, ou seja, a definição das atividades dos componentes curriculares coloca em questão a autonomia pedagógica e o planejamento escolar. Definimos que a PPSI é um pacote de mercado adotado pela gestão municipal e implantado sem nenhuma discussão, debate ou consulta popular, sem conhecer as condições reais das escolas, cujo caráter intencional da pedagogia liberal, tradicional e tecnicista é a reprodução da ideologia capitalista, pois, não há espaço para professores e alunos questionarem os problemas sociais concretos, mas “receber apenas o mínimo necessário de instrução para serem produtivos, para fazerem crescer o capital” (SAVINAI, 2011, p.67). Consideramos a partir dos depoimentos dos professores e do conteúdo da PPSI, que ela é

um pacote pedagógico pronto ou kit pedagógico executado pelos docentes, fortalecendo a mercantilização do currículo, a reprodução dos valores da ordem e a ampliação das formas de privatização do currículo na escola pública, abandonando qualquer possibilidade da construção de uma proposta pedagógica curricular autônoma e crítica composta pelo poder popular.

Considerações Finais

Diante da atual conjuntura educacional, compreendemos a importância do debate de uma proposta pedagógica curricular para formação de professores do Ensino Fundamental, uma vez que, é preciso fundamentos pedagógicos e educacionais como elementos imprescindíveis na qualificação docente para atuação na sala de aula, conhecendo os tipos de currículos, os valores culturais, as condições objetivas e os fundamentos teóricos da educação.

O estudo evidenciou como resultado concreto da realidade escolar a mercantilização da educação como consequência das relações sociais do modelo capitalista, ou seja, a relação parceria público-privada tem como finalidade a venda dos recursos didáticos, da capacitação de professores e das propostas pedagógicas, contribuindo para manutenção da estrutura social. As observações da prática social dos professores nas escolas revelaram que a Proposta Pedagógica Saber Igual-PPSI tem sua prática social organizada na perspectiva da pedagogia liberal, tradicional e tecnicista, pois as atividades pedagógicas executadas são determinadas, regulamentadas, prontas e cronometradas, transformando a escola em uma fábrica por meio do tempo de realização de cada tarefa pedagógica, se distanciando de qualquer pensamento histórico-crítico e das contradições da realidade concreta. Esses fatores contribuem para manutenção do processo de alienação da prática docente, de

despolitização do professor, da prática tradicional e da ordem social burguesa.

A escola na modernidade vem legitimando as correntes pedagógicas liberais, de tal forma, que as tornam naturalizadas dentro do espaço escolar, entre elas, a pedagogia das competências, regulamentada pela legislação educacional para atender demandas do mercado educacional (RODRIGUES, 2007), bem como, mercantilização de livros didáticos, propostas pedagógicas, capacitação de professores e materiais pedagógicos. Deste modo, é preciso uma educação que possa construir um espaço de transformação social através da escola, ou seja, a formação do professor precisa apropriar-se da natureza do modo de produção capitalista e das formas ideológicas de dominação (MARX, 2017), apropriar-se dos fundamentos epistemológicos da PHC (SAVIANI, 2011), sendo capaz de identificar os elementos culturais produzidos pela humanidade, diferenciar a aparência e a essência da realidade, construindo o trabalho pedagógico a partir das contradições da prática social, da totalidade dos fenômenos sociais concretos e das diferentes formas de dominação da educação burguesa.

Concluimos que a PPSI desenvolvida no município realiza um ensino estruturado e regulamentado, no qual, o professor é o sujeito passivo das atividades, apenas faz aplicabilidade dos conteúdos programados com repetição de tarefas, enciclopedismo, rigidez nas atividades e engessamento didático, uma prática pedagógica alinhada a tendência tradicional/tecnicista. A proposta valoriza conteúdos conceituais em detrimento dos procedimentais e atitudinais, sem considerar a realidade da prática social concreta com suas contradições sociais, pois o foco é somente a obtenção de melhorar os índices avaliativos, onde o professor é visto como mero executor dos conteúdos com manuais de orientações. Ou seja, não há autonomia do professor em sala de aula, não há liberdade para organizar a

aula, não há construção do planejamento coletivo, não há reflexão da ação docente sob a prática real, não há contradição de pensamento, não há análise das condições e contradições socioculturais dos alunos, tais fatores endossam à reprodução social, a precarização do trabalho, a desvalorização do professor, a alienação da prática pedagógica, o engessamento do processo de aprendizagem e o produtivismo da escola. Portanto, a realidade do fenômeno revela o antagonismo entre a PPSI e a PHC, enquanto a primeira busca manutenção e reprodução social, a segunda busca a emancipação humana, a superação de qualquer forma de dominação e a transformação da sociedade.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim Moura. Lisboa, editora presença, 1980.
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 3^o ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. www.portal.inep.gov.br. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2012.
- DOERR. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. 13 de Dezembro de 2013.
- GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica**. 4^a ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2007.
- INSTITUTO ALFA E BETO. Disponível em: www.alfaebeto.org.br. Acesso em julho de 2017.
- INSTITUTO MILENIUM DE EDUCAÇÃO. www.institutomillennium.org.br. Acesso em outubro de 2017.
- OLIVEIRA, J. B. **Cadernos Pedagógicos Curriculares**. 3^a ed. Brasília: Instituto Alfa e Beta, 2008.
- OLIVERIA, J. B. A.; CASTRO, J. C. J. **Proposta Pedagogia**: Aprender a Ler. 2^a ed. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2014.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas, SP: autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.) **pedagogia histórico- crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas-SP: Autores associados, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- _____. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- TONET, I. **Educação contra o capital**. 3^a ed. São Paulo, 2016.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2^a ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.